

TCE-AC/GP/OF/N° 788/2014

Rio Branco – AC, 09 de dezembro de 2014.

**A Sua Excelência o Senhor
Dep. JOSÉ ELSON SANTIAGO DE MELO
Presidente da Assembleia Legislativa do Acre
Nesta**

Senhor Presidente,

Comparecemos à honrosa presença de Vossa Excelência para lhe encaminhar o presente Ante Projeto de Lei Complementar que tende a agilizar as diligências desta Corte de Contas, com a implantação do Diário Eletrônico de Contas – DEC, por meio da Lei Complementar n.º 259, de 29/01/2013, em virtude da necessidade de se efetivar e tornar mais eficaz a sistemática de comunicação das decisões aqui tomadas e, ainda, da necessidade de se economizar recursos públicos gastos com comunicações infrutíferas aos jurisdicionados do Tribunal de Contas do estado do Acre – TCE e da necessidade de cumprimento aos princípios da ampla defesa e contraditório garantido aos gestores públicos obrigados a prestar contas.

Certos de poder contar com a atenção nunca antes negada por esse Poder Legislativo, desde já agradecemos e nos despedimos,

Atenciosamente,

Cons. ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS
Presidente do TCE/AC, em exercício

Recibo: 21/2/14
Evelina da Costa Cardoso
Subsecretária de Atividades Legislativas

PROJETO LEI COMPLEMENTAR N. ¹³ ¹⁰ ^{dezembro} xxx, DE xx DE xxxxx DE 2014.

“Altera dispositivos da Lei Complementar n. 38, de 27 de dezembro de 1993 e dá outras providências”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os arts. 56, §1º, 57, 58, 62, 64, 65 e 98, § 1º e § 2º, da Lei Complementar n. 38, de 27 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56 - (...).

§ 1º- Dentro do prazo de 5 (cinco) anos contados da publicação da decisão terminativa no Diário Eletrônico de Contas - DEC, o Tribunal poderá, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva tomada ou prestação de contas. (NR)

Art. 57 – A citação, a notificação ou a comunicação de diligência far-se-á na seguinte sequência e forma:

I – por meio eletrônico pelo Diário Eletrônico de Contas – DEC, aos que estiverem cadastrados na forma disciplinada por este Tribunal, considerando-se realizada a citação no dia em que o ato for publicado, certificando-se nos autos a sua realização e estando a íntegra dos autos acessível ao citando;

II – por correio, mediante Aviso de Recebimento - AR;

III – por oficial de diligência;

IV – por edital, quando não estiver cadastrado o citando e esteja este em lugar ignorado, incerto ou inacessível.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Art. 58 - A decisão definitiva será formalizada nos termos estabelecidos no Regimento Interno por acórdão, cuja publicação no Diário Eletrônico de Contas – DEC, constituirá:
(NR)

(...)

Art. 62 - Comprovado o recolhimento integral, o Tribunal expedirá quitação do débito ou da multa com a publicação no Diário Eletrônico de Contas – DEC. (NR)

(...)

Art. 64 - A decisão terminativa, acompanhada de seus fundamentos, será publicada no Diário Eletrônico de Contas – DEC. (NR)

Art. 65 - Os prazos referidos nesta lei contar-se-ão, dia a dia, a partir:

I - da publicação no Diário Eletrônico de Contas – DEC.

III - nos demais casos, a partir da eficácia da comunicação nos moldes do art. 57. (NR)

(...)

Art. 98. Fica criado o Diário Eletrônico de Contas – DEC e instituído como meio oficial de publicação dos atos processuais e administrativos do Tribunal e de seus órgãos integrantes, bem como de suas comunicações em geral.

§ 1º O Diário Eletrônico de Contas - DEC servirá como meio oficial de publicação e divulgação dos atos Administrativos e comunicações em geral dos Municípios do Estado do Acre onde não há circulação diária do Diário Oficial do Estado.

§ 2º Poderá, ainda, o Diário Eletrônico de Contas – DEC, publicar atos administrativos e comunicações em geral de seus demais jurisdicionados, na forma e condições estabelecidas em ato normativo próprio.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio Branco, XX de XXXXXXXX de XXXXXX.

TIÃO VIANA
Governador do Estado do Acre